



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO

RELATORIA: DEB

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 138/2019

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS MERCADOS PELA EMPRESA EXPRESSO GUANABARA S.A.

ORIGEM: SUPAS

PROCESSO (S): 50501.359785-2018-99

PROPOSIÇÃO PRG: NÃO HÁ

PROPOSIÇÃO DEB: PELO INDEFERIMENTO

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - DIRETORIA COLEGIADA

1. DAS PRELIMINARES

Trata o presente processo administrativo do requerimento formulado pela empresa **EXPRESSO GUANABARA S/ACNPJ** nº 41.550.112/0001-01, para operação de novos mercados entre as cidades de Fortaleza (CE) e Goiânia (GO), bem como das impugnações apresentadas contra o citado pleito pelas empresas **KANDANGO TRANSPORTE E TURISMO LTDA.**, CNPJ nº 03.233.439/0001-52 e **EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA.**, CNPJ nº 16.624.611/0001-40.

2. DOS FATOS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

Com o advento da Lei nº 12.996, de 18/06/2014, houve modificação no regime de outorga dos serviços de transportes de passageiros, que passou, desde então, a ser o regime de autorização. Em razão disso, foi editada a Resolução ANTT nº 4.770, de 25/06/2015, que regulamentou a prestação dos serviços públicos regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros sob o novo regime. Para tanto, a Resolução nº 4.770/2015 estabeleceu os seguintes conceitos:

Mercado: também denominado par de localidade que caracteriza uma origem e destino, qualquer combinação de dois municípios em unidades federativas distintas.

Linha: serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, vinculado a determinada autorizatória, que atende um ou mais mercados, aberto ao público em geral, mediante pagamento individualizado de tarifa, ofertado em determinado itinerário, conforme esquema operacional pré-estabelecido;

Seção: serviço realizado em trecho de itinerário da linha, com fracionamento de preço de passagem.

Em virtude da modificação citada, estabeleceu-se um período de transição (art. 69 da Resolução 4770/2015) em que as empresas que obtivessem o Termo de Autorização (TAR) poderiam solicitar à ANTT a autorização para continuar operando os mercados que estivessem ativos em 30/07/2015. Após a concessão do TAR, caberia às empresas solicitar o (s) mercado (s), bem como definir a forma de operação.

Assim, atualmente, a delegação para atendimento de mercados se dá por meio de autorização, em virtude da vigência da Lei 12.996/2014. E, após a concessão do termo de autorização, cabe à empresa requerer o mercado e apresentar a forma como irá operá-lo, ou seja, discriminar qual a linha e as respectivas seções (mercado principal e mercados secundários, respectivamente).

Para organizar a autorização dos mercados remanescentes da transição acima descrita, assim como para verificar os novos pedidos, considerando o disposto nos arts. 71 e 72 da Resolução ANTT nº 4.770/2015, a ANTT estabeleceu, por meio da Deliberação nº 224, de 17/08/2016, que o processo para a outorga de autorização dos mercados referentes aos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional seria realizado em etapas, da seguinte forma:

I - mercados não solicitados por empresas que tiveram Licença Operacional - LOP concedidas e que não sejam operados por outra empresa autorizada com base na Resolução nº 4.770/2015, bem como aqueles operados em linhas com Autorização Especial;

II - mercados atendidos exclusivamente por empresas que não solicitaram ou tiveram seus pleitos indeferidos de Termo de Autorização - TAR e/ou Licença Operacional - LOP, não abrangidos no inciso anterior; e

III - outros mercados não abrangidos pelas etapas anteriores.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 1º da Deliberação nº 224/2016 assim dispõe:

"Os mercados de que trata o inciso III poderão ser autorizados antes daqueles previstos no inciso II pela Diretoria Colegiada mediante parecer fundamentado da Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros atestando a pertinência do mercado pretendido com eixo operado pela requerente em outros mercados ou a ausência de impacto direto sobre os mercados operados por outra transportadora."

Impende salientar que, no que se refere a mercados inéditos, somente empresas que possuam Termo de Autorização (TAR) vigente poderão requerê-los, conforme disciplinam os normativos a seguir:

Resolução ANTT nº 4.770, de 2015

Art. 25. As transportadoras **habilitadas** nos termos do Capítulo I desta Resolução poderão requerer para cada serviço, Licença Operacional, desde que apresentem, na forma estabelecida pela ANTT:

(...)

Art. 72. Decorridos 210 (duzentos e dez) dias da data da vigência desta Resolução **qualquer transportadora com Termo de Autorização vigente** poderá solicitar mercados novos.

Resolução ANTT nº 5.629, 27 de dezembro de 2017

Art. 2º No atendimento à Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016, a transportadora, **habilitada** nos termos do Capítulo I da Resolução nº 4.770, de 2015, deverá protocolar, na ANTT, requerimento para operar mercado não atendido de acordo com procedimento estabelecido pela Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS.

Ainda, o art. 4º da Resolução ANTT nº 5.629/2017, que "Estabelece procedimentos e critérios a serem adotados na análise de requerimentos para novas outorgas de autorização dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, de mercados não atendidos, enquanto não concluídos os estudos de inviabilidade operacional e dá outras providências", traz um critério a ser atendido quando do pedido de autorização, senão vejamos:

Art. 4º As novas outorgas de autorização dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros **estarão condicionadas à implementação e ao pleno funcionamento do Sistema de Monitoramento do Transporte Interestadual e Internacional Coletivo (MONITRIIP)**, de que trata a Resolução nº 4.499, de 28 de novembro de 2014. (grifamos)

Por seu turno, os níveis de implantação do MONITRIIP foram estabelecidos mediante a Deliberação nº 134, de 21/03/2018, que, em seu art. 4º, dispôs o seguinte:

Art. 4º. Para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 2017, somente serão deferidas novas outorgas de autorização da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015 para as transportadoras que estiverem enquadradas no nível de implantação I do MONITRIIP.

Nestes termos, após análise técnica empreendida pela Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros por meio da **NOTA TÉCNICA SEI Nº 52/2019/GETAU/SUPAS/DIR (doc. SEI 0013236)**, de 18 de março de 2019, concluiu-se que a empresa, por não se enquadrar no nível I de implantação do MONITRIIP, não preencheu os requisitos elencados na legislação vigente para operar os mercados pretendidos, razão pela qual o pedido formulado deve ser indeferido.

Por derradeiro, no que se refere às impugnações apresentadas pelas empresas KANDANGO TRANSPORTE E TURISMO LTDA, protocolo nº 50500.020456/2019-41 e GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., protocolo nº 50510.008445/2019-74, não deverão ser conhecidas, conforme dissertado pela área técnica, tendo em conta a perda do seu objeto, em decorrência da proposta de indeferimento do pleito da impugnada.

3. DA PROPOSIÇÃO FINAL

Com estas considerações, acolhendo o encaminhamento proposto pela área técnica, **VOTO pelo indeferimento do pedido** apresentado pela empresa **EXPRESSO GUANABARA S/A** por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução ANTT nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017 e no artigo 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018, bem como pelo **não conhecimento da impugnações** apresentadas pelas empresas **KANDANGO TRANSPORTE E TURISMO LTDA.** e **GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA** por perda do seu objeto, nos termos da anexa

minuta de deliberação.

Brasília, 08 de abril de 2019.

À **Secretaria Geral**, para prosseguimento.

ELISABETH BRAGA
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA, Diretor**, em 08/04/2019, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0098652** e o código CRC **4B2079BC**.

Referência: Processo nº 50501.359785/2018-99

SEI nº 0098652

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br